

A DIALÉTICA DA LIBERDADE: UMA LEITURA DE OS SUBTERRÂNEOS DA LIBERDADE, DE JORGE AMADO

Izabel Cristina Souza Gimenez¹

RESUMO: O objetivo deste trabalho é fazer uma análise das manifestações discursivas do romance *Os subterrâneos da liberdade*, de Jorge Amado, obra considerada, por parte da crítica, como panfletária. A intenção é mostrar que esta classificação não cabe por inteiro ao romance, visto que há, nele, uma dialética discursiva da liberdade, do patriotismo e da família, porém, este estudo enfocará apenas a questão da dialética da liberdade.

PALAVRAS-CHAVE: *Dialética da liberdade, Os subterrâneos da liberdade, Jorge Amado.*

ABSTRACT: The objective of this composition is to analyse the discursive demonstration of the romance. The freedom's underground, from Jorge Amado, work considered, from the critics view, as pamphletic. The intention is to show that this classification does not entire fit in the romance, noticing, in it, a discursive dialectic of freedom, patriotism and family, however, this study will focus only the dialectic of freedom.

KEY WORDS: *Dialectic of freedom, the freedom's underground, Jorge Amado.*

INTRODUÇÃO

Jorge Amado escreveu *Os subterrâneos da liberdade* quando ainda era militante do Partido Comunista do Brasil, num seu exílio voluntário na então Tchecoslováquia, em 1952, e publicou-o em 1954. *Os subterrâneos da liberdade* é o título geral da trilogia, que compreende os volumes: *Os ásperos tempos*, *Agonia da noite* e *A luz no túnel*.

Na verdade, segundo Salema (1982, p. 93), a obra é o resultado de um inacabado projeto de Jorge Amado para construir, pela via romanesca, um vasto painel da vida brasileira nos anos do Estado Novo, baseando-se na experiência da sua própria militância comunista na luta antifascista. Constituía o projeto três romances, à base do *roman-fleuve*, sob o título geral de *O muro de pedras*. O primeiro volume, *Os subterrâneos da liberdade*, remeteria ao período compreendido entre 1937 e 1940; o segundo, *O povo na praça*, estaria situado entre 1940 e 1945; já o terceiro, *Agonia da Noite*, abrangeria os anos subseqüentes a 1945.

¹ Prof. Adjunto do Curso de Letras da Unioeste, campus de Marechal Cândido Rondon.

Mas o projeto não foi a termo. Jorge Amado escreveu apenas o primeiro livro, o qual, posteriormente, foi desdobrado em três volumes, constituindo assim a trilogia *Os subterrâneos da liberdade*.

Em entrevista concedida a Alice Railard (1992, p. 136), Jorge Amado declara:

[...] *Subterrâneos* é um livro importante, em primeiro lugar, os fatos sobre os quais o romance se funda, a luta do Estado Novo contra o povo brasileiro e dos comunistas contra o Estado Novo, tudo aquilo aconteceu, são fatos históricos. Foram aumentados, é verdade, principalmente no que se refere à luta popular; talvez ela não tivesse tido esta mesma dimensão na realidade. Mas a luta se deu, não deixou de existir por um instante sequer. E foi heróica. E o Estado Novo foi mais do que brutal: as torturas, os assassinatos, todas essas coisas aconteceram e pesam sobre a polícia brasileira.

Ao mesmo tempo é um romance alentado. Sua forma não me agrada em nada, é um romance que eu escrevia do jeito que vinha, sem me preocupar muito com o estilo; o que mais me interessava era o que eu escrevia, o conteúdo muito mais do que a forma.

As questões levantadas por Jorge Amado, referentes ao conteúdo histórico e social e ao estilo da obra, foram alvo da crítica e causaram polêmica. O autor foi aclamado por uns como um romancista que fazia denúncia social e acusado de sectário por outros.

A par da crítica, a obra, com mais de vinte e nove edições, foi traduzida nos seguintes idiomas: alemão, búlgaro, chinês, esloveno, espanhol, grego, polonês, romeno, russo, e tcheco (Tavares, s. d., p. 86-87). No entanto, com exceção de *O mundo da paz* (1951), cuja republicação foi proibida pelo autor, acredita-se que *Os subterrâneos da liberdade* seja a obra de Jorge Amado menos lida atualmente. E esse fato talvez se deva ao acentuado caráter propagandístico e pedagógico - do comunismo - que lhe confere o rótulo de romance panfletário.

Porém, a leitura de *Os subterrâneos da liberdade* revelou um discurso romanescos calcado sobretudo em três palavras-chaves (e seus sinônimos ou quase-sinônimos) - liberdade, patriotismo e família - as quais se encontram, se digladiam e aparentemente se conciliam em enunciados de capitalistas e de comunistas, de maneira a relativizar e complexificar a geralmente reconhecida intenção apologética do autor. Neste trabalho, a análise ficará restrita à questão da liberdade, procurando evidenciar que há, no romance, uma dialética discursiva da liberdade, e tentar mostrar que, desta forma, a classificação de panfletário não cabe por inteiro ao romance *Os subterrâneos da liberdade*.

A LUTA CONTRA O ESTADO NOVO

Embora não seja objetivo deste trabalho verificar se *Os subterrâneos da liberdade* é ou não um romance histórico, faz-se necessário apresentar uma descrição, ainda que breve, da instalação do Estado Novo², particularmente, no período compreendido entre 1937 e 1940, porque é nesse cenário que se desenvolve toda a ação narrada por este romance.

Vargas assumiu o governo brasileiro em 3 de novembro de 1930, como presidente provisório, após um levante que derrubou o governo de Washington Luís. Em 15 de novembro de 1933, instalou a Constituinte, a qual promulgou, em julho de 1934, uma constituição de teor liberal-democrático e ratificou Vargas no poder.

No decorrer do governo, a propaganda fascista e a ascensão de Hitler influenciaram a criação de um partido que se chamou Ação Integralista Brasileira (AIB) e cujo objetivo era a formação de um governo forte que conseguisse unificar a nação.

A formação da AIB, somada à ascensão do nazismo, levou à mobilização de grupos de esquerda em uma frente única, denominada Aliança Nacional Libertadora (ANL), a qual reunia liberais, tenentistas, trotskistas, stalinistas e outras correntes que lutavam contra o avanço do nazismo, internacionalmente, e do integralismo, no Brasil. Entre outras militâncias estava Luiz Carlos Prestes.

Conforme Faria e Barros (1983, p. 37), em março de 1935 a ANL lançou a público o seu manifesto-programa e Prestes foi indicado presidente de honra do movimento. Em aproximadamente três meses, a Aliança articulou 1.600 núcleos em todo o país e chegou a ter 50.000 inscritos somente no Distrito Federal. Tantos adeptos, mais a influência crescente de Prestes, acabaram desgostando muitos setores conservadores, ocasionando, também, pressão por parte de Vargas.

Um documento chamado “Manifesto Luiz Carlos Prestes”, que analisava a situação brasileira e destacava as perspectivas revolucionárias da ANL, serviu de pretexto para que fosse decretada a ilegalidade do movimento. Com isso, os moderados se afastaram, e os remanescentes se agruparam no Partido Comunista.

Julgando que teria o apoio de um levante militar e de uma greve de trabalhadores, Prestes passou a articular a revolução, mas superestimou o prestígio da ANL, de modo que a insurreição, deflagrada em 1935, foi debelada em três dias pelas forças fiéis ao governo.

Sob a alegação de uma ameaça comunista, Vargas solicitou e obteve do Parlamento trinta dias de estado de sítio, renovado repetidamente durante dois anos. A partir daí, um clima de repressão passou a vigorar em

² A descrição apresentada tomou por base os estudos de Edgard Carone (1977), Antônio Augusto Faria e Edgard Luiz de Barros (1983), e Helgio Trindade (1981).

todo o país. Todos os setores populares e de oposição foram sufocados e os comunistas presos e torturados.

O ano de 1936 foi marcado pelas articulações em torno da campanha presidencial. Armando Salles de Oliveira foi lançado candidato por São Paulo. Vargas, que se opunha a essa candidatura, apoiou José Américo de Almeida, lançado pelo governador de Minas Gerais, Benedito Valadares.

Na verdade, Vargas conspirava contra os dois candidatos, pois, enquanto a campanha eleitoral se desenrolava, já articulava um movimento que o manteria no poder: o jurista Francisco Campos, a seu mando, já preparava a Constituição que iria vigorar no Estado Novo; os generais Goes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra procuravam afastar oficiais liberais do comando; Negrão de Lima, viajando pelo Norte e Nordeste do país, obtinha o apoio dos governadores por ele visitados; e, por último, as oposições de São Paulo e do Rio Grande do Sul aderiram ao movimento.

As forças solidárias a Armando Salles ainda acreditavam na realização das eleições, mas a queda de Flores da Cunha, governador do Rio Grande do Sul, em outubro de 1937, e o pedido de estado de sítio, baseado no Plano Cohen³, indicaram exatamente o contrário. Salles, então, fez um apelo aos militares, pedindo apoio e comprometendo-se a combater o comunismo. Este apelo precipitou os acontecimentos, e o golpe, marcado para 15 de novembro, foi antecipado. No dia 9, Francisco Campos anunciou a nova Constituição e Vargas discursou à nação, explicando o porquê do golpe.

A Itália e a Alemanha receberam o novo governo, ditatorial e anticomunista, com simpatia. Os americanos, democratas, não viram o golpe com bons olhos, mas Vargas manteve Osvaldo Aranha na embaixada em Washington, e afirmou ao embaixador americano que o golpe não estava ligado aos regimes fascistas. Os americanos iniciaram então uma política de temporização, para mais tarde acentuarem significativamente as suas relações com o Brasil. Conseguiu, assim, Vargas, equilibrar-se entre os italianos e alemães, por um lado, e os americanos, por outro.

Em 2 de dezembro de 1937, o novo governo decretou a dissolução dos partidos políticos, inclusive a AIB, cujo líder, Plínio Salgado, o havia apoiado.

Os integralistas, já com o novo líder, Belmiro Valverde, juntamente com homens ligados a Flores da Cunha e a Armando Salles, dissidentes militares liberais, e o proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*, Júlio Mesquita, conspiraram para derrubar o governo. Em 11 de maio de 1938,

³ Suposto plano de ação revolucionária organizado por comunistas, que previa assassinatos em massa, caos e a subversão total do governo. O “plano” havia sido forjado pelo capitão Olímpio Mourão Filho, chefe de propaganda da Ação Integralista Brasileira, sendo apresentado ao público pelo general Goes Monteiro como um “plano comunista capturado pelo serviço secreto do Estado Maior” (FARIA e BARROS, 1983, p. 42).

foi deflagrado o golpe, mas os integralistas foram cercados e muitos fuzilados lá mesmo, em frente ao palácio Guanabara.

Segundo Carone (1977, p. 222-223), os comunistas muito pouco puderam fazer em termos de ação contra o Estado Novo em sua fase inicial, pois a repressão, intensificada após o golpe, desarticulou todo o trabalho do Partido. Subsistiram alguns núcleos, principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, que procuravam manter focos de agitação e propaganda, mas, de 1939 a 1940, caíram os Comitês Regionais de São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro, e, por último, o Comitê Central do PCB, praticamente esfacelando todo o Partido Comunista do Brasil.

São esses o contexto e o tempo da ação narrada em *Os subterrâneos da liberdade*. A trilogia romanceia os fatos ocorridos nos bastidores do Estado Novo sob o ponto de vista da luta do proletariado comunista. A narrativa inicia com a tentativa comunista de aliar-se aos liberais paulistas para impedir o golpe que instalaria a ditadura Vargas, e termina com a prisão de todo o Comitê Central do Partido e o julgamento de Prestes. Desse modo, ficam configuradas a luta contra o Estado Novo, a repressão ao PCB, as prisões, a crueldade das torturas e a resistência heróica dos militantes comunistas.

A luta contra o Estado Novo é marcada particularmente pela ação da vanguarda do proletariado, seja na articulação de greves em defesa dos direitos dos trabalhadores, seja na solidariedade ao povo espanhol oprimido pelo regime franquista; na impressão e distribuição de panfletos com acusações ao Governo Vargas e na organização da luta camponesa contra o avanço imperialista; ou no simples ato de perdurar bandeirolas vermelhas nos fios elétricos para simbolizar e anunciar a resistência comunista. A ação da parcela intelectual da população simpatizante do comunismo é mostrada apenas através de contribuições financeiras ou do empréstimo de locais para as reuniões dos comitês do Partido.

No entanto, segundo Rodrigues (1981, p. 371-400), o PCB, que teve sua origem em um pequeno grupo de trabalhadores vindos do anarquismo, na década de trinta obteve, com uma política nacionalista voltada para a classe média, a adesão de intelectuais, profissionais liberais e militares, os que passaram mesmo a dirigir o Partido. A atuação operária passou a restringir-se às bases e organismos intermediários.

Desse modo, não houve no PCB uma orientação que visasse à “sociedade civil”, sindicatos, associações operárias, etc., e sim uma política que procurava influenciar as classes “superiores” e “médias”. “Em vez de procurar consolidar-se ‘para baixo’, o PCB procurou crescer ‘para cima’, embora continuasse a usar a retórica marxista do proletariado para legitimar a pretensão de hegemonia do Partido no interior da frente única” (Trindade, 1981, p. 400).

Em síntese, viu-se que o Partido Comunista, no Brasil, não teve, na prática, uma ação voltada para as questões relativas à classe operária, também

não desenvolveu ações concretas contra a ditadura de Vargas na fase inicial do Estado Novo, ao contrário do que ficciona Jorge Amado em *Os subterrâneos da liberdade*, onde o Partido é representado quase que exclusivamente por operários à frente de uma luta por um regime de governo que proporcionasse real e efetiva igualdade de condições para todo o povo brasileiro.

Porém, há que se destacar as declarações de Jorge Amado a Mário Ventura (1986, p. 124) e a Alice Railard (1992, p. 136). Ao primeiro, Amado afirma que *Os subterrâneos da liberdade* “é um livro sobre a luta comandada pelo Partido Comunista contra o Estado Novo”. E à segunda, que a obra se assenta na

luta do Estado Novo contra o povo brasileiro e dos comunistas contra o Estado Novo, tudo aquilo aconteceu, são fatos históricos. Foram aumentados, é verdade, principalmente no que se refere à luta popular; talvez ela não tivesse tido esta mesma dimensão na realidade. Mas a luta se deu, não deixou de existir por um instante sequer. E foi heróica. E o Estado Novo foi mais do que brutal: as torturas, os assassinatos, todas estas coisas aconteceram e pesam sobre a polícia brasileira.

Na versão amadiana, a luta contra o Estado Novo foi um acontecimento concreto, ainda que o autor confesse a Railard ter alterado alguns fatos e inventado outros. A greve do porto de Santos, por exemplo, vivenciada por ele, de fato ocorreu, apenas em época diferente da indicada no romance. A batalha dos camponeses no Planalto Central, como tentativa de boicotar a instalação da Empresa do Vale do Rio Salgado, foi inspirada pelas lutas do sertão nordestino. Gonçalão, personagem central do conflito, era um amigo de Jorge Amado, de nome Martinzão, que dirigiu a luta dos índios pataxós, no interior da Bahia, contra os invasores de terra.

Apondo-se as palavras de Jorge Amado à dos historiadores citados, verifica-se uma contradição: estes declaram que, no período de implantação do Estado Novo, a luta praticamente não existiu; já para o autor em questão, ela não apenas existiu, como ele próprio a experimentou na prática.

Isso posto, poder-se-iam levantar duas hipóteses. A primeira: existiram realmente fatos a esse respeito, omitidos pelo discurso da História. Nesse caso, a trilogia amadiana teria, como um de seus objetivos levar ao público leitor a verdadeira informação sobre os acontecimentos. Segunda hipótese: Jorge Amado subverteu a História para destacar e difundir a ideologia comunista, o que, à primeira vista, poderia ser considerado reprovável.

Mais importante, porém, do que o simples cotejo entre a “verdade” histórica e a “invenção” amadiana é a análise do ponto de vista do romance, situado no complexo campo social dos valores, interesses e emoções, não só da época do Estado Novo, mas também da época da escrita do romance.

Tendo sido publicado em 1954, no período do governo de Vargas como presidente eleito, *Os subterrâneos da liberdade* dá a entender que a luta contra o sistema efetivo de interesses sócio-econômicos e políticos não se esgotou ou não deveria esgotar-se com o término do Estado Novo.

A obra literária é permeada pela dialética entre valores ideológicos, não podendo, portanto, ser reduzida à simples oposição entre invenção estética e verdade fatural, até porque os documentos e estudos da pretensa verdade histórica jamais ficarão completamente livres da contaminação ideológica. A própria crítica literária, por mais que se queira concentrar nos valores estéticos das obras que estuda, sempre se deixará influenciar nessa análise, aberta ou veladamente, consciente ou inconscientemente, por princípios ideológicos.

A DIALÉTICA DISCURSIVA DA LIBERDADE

São principalmente dois os discursos adversários que se encontram no texto do romance *Os subterrâneos da liberdade* de Jorge Amado. Um deles pode, em sentido bastante lato, ser chamado liberal, embora ainda esteja bastante contaminado por elementos de um discurso mais tradicional, aristocrático e mesmo escravocrata. O outro é o discurso comunista, bastante preciso, embora relativamente restrito a poucas fórmulas, e ao qual parece filiar-se o discurso do próprio autor.

Entre os objetos em que se encontram esses dois discursos recebem particular ênfase três, referidos pelas palavras “liberdade”, “patriotismo” e “família”. Cada uma dessas palavras, como é fácil de compreender, é freqüentemente substituída por um pretense sinônimo, mesmo que isso possa significar um deslizamento ideológico e valorativo, aliás conveniente numa relação dialógica minada por prevenções profundas e intenções persuasivas não claramente confessadas. “Democracia” aparece como sinônimo de “liberdade”, “nacionalismo” como sinônimo de “patriotismo”, “amor” e “fidelidade” como sinônimos de “família”.

Embora o romance de Jorge Amado tenha a fama de ser comunista, a verdade é que essas três palavras fundamentais no diálogo de discursos são próprias do discurso liberal, na sua formulação burguesa moderada. É a interpretação dessa contradição o objetivo último da análise discursiva que agora começará a ser feita.

OS DIVERSOS CONCEITOS SOCIAIS DE LIBERDADE E DE DEMOCRACIA

“Liberdade” é um vocábulo altamente polissêmico, por causa da sua forte carga ideológica, adquirida nas lutas que por ele têm sido travadas

nos últimos séculos, à medida que se foram constituindo as sociedades burguesas e nelas se foram desenvolvendo os conflitos político-sociais. Mas acredita-se que, modernamente, todos os conceitos de liberdade passam pela “teoria dos direitos naturais” (jusnaturalismo), da qual, juntamente com Hobbes e Rousseau, Locke⁴ é um dos principais representantes. Segundo este filósofo, “os homens viviam originariamente num estágio pré-social e pré-político, caracterizado pela mais perfeita liberdade e igualdade” (MELLO, 1993, p. 84). Este teria sido um período de paz e harmonia, no qual os homens, já dotados de razão, desfrutavam da propriedade comum dos bens naturais.

A teoria dos direitos naturais está na base da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamada por ocasião da Revolução Francesa, precisamente em 26 de agosto de 1789:

O povo francês, convencido de que o esquecimento e o desprezo dos direitos naturais do homem são as únicas causas das infelicidades do mundo, resolveu expor, numa declaração solene, estes direitos sagrados e inalienáveis, a fim de que todos os cidadãos, podendo comparar sempre os atos do governo com o objetivo de qualquer instituição social, não se deixem jamais oprimir e aviltar pela tirania a fim de que o povo tenha sempre diante de si as bases de sua felicidade; o magistrado, a regra de seus deveres; o legislativo o propósito de sua missão [...] (MATTOSO, 1977, p. 25).

O artigo 2 da referida declaração afirma que os direitos do homem são “a igualdade, a liberdade, a segurança, a prosperidade” (Mattoso, 1977, p. 26). O artigo 3 diz que “todos os homens são iguais, por natureza, e perante a lei”. Já o artigo 6 procura conceituar liberdade:

A liberdade é o poder que pertence ao homem de fazer tudo aquilo que não prejudica os direitos de outrem; tem por princípio a natureza; por regra, a justiça; por salvaguarda, a lei; seu limite moral é encontrado nesta máxima: “Não faça a outrem aquilo que não queira que lhe seja feito” (Mattoso, 1977, p. 25).

Embora a famosa Declaração da Revolução Francesa junte a liberdade e a igualdade como direitos do homem e do cidadão, o pensador político contemporâneo Norberto Bobbio defende a idéia de que esses dois princípios não são compatíveis, pois fundamentam duas doutrinas opostas: o liberalismo e o igualitarismo, este último uma concepção socialista: “uma sociedade liberal-liberalista é inevitavelmente não-igualitária, assim como uma sociedade igualitária é inevitavelmente não-liberal” (BOBBIO, 1988, p. 39).

⁴ John Locke (1632-1704), citado por Mello (1993) desenvolveu uma teoria política na obra *Segundo tratado* segundo a qual o homem parte do “estado de natureza” e pela mediação do “contrato social” realiza a passagem para o “estado civil”.

Mas Della Volpe faz uma distinção entre “liberdade civil” e “liberdade igualitária”. A liberdade civil é característica da sociedade civil, dos produtores capitalistas, assegurando aos indivíduos livre iniciativa econômica, segurança da propriedade privada e liberdades pessoais como as de consciência, culto, imprensa, etc. “É em grande parte especificamente a liberdade de uma classe” (DELLA VOLPE, 1982, p. 46). A liberdade igualitária eleva-se a uma “instância universal: é o *direito de cada qual* ao reconhecimento *social* das suas *pessoais qualidades e capacidades*” (Della Volpe, 1982, p. 47). É a instância democrática, verdadeiramente universal, do mérito, devendo, portanto, ser assim garantida. É mais que liberdade: é justiça social, é a liberdade não apenas de uns poucos, mas a liberdade das grandes massas.

Sob esse prisma, a sociedade liberal não é igualitária, já que promove o desenvolvimento individual dos membros de uma única classe, a dos indivíduos capitalistas. Por outro lado, a sociedade igualitária não é liberal, porque abole, ao menos em parte, a liberdade civil, adotando medidas que socializam os meios de produção sob o lema: a cada um segundo as suas capacidades, de cada um segundo o seu trabalho (MARX apud DELLA VOLPE, 1982, p. 48).

Voltando-se a Bobbio (1988, p. 39-40), o único ponto em que igualdade e liberdade não são elementos antitéticos é na maneira como a liberdade é entendida pela doutrina liberal, ou seja, que haja igualdade na liberdade, o que quer dizer que a liberdade de um deve ser compatível com a liberdade do outro: cada indivíduo é livre para fazer o que quiser, desde que não comprometa a liberdade do outro. Dessa concepção de igualdade decorrem dois princípios básicos: a “lei é igual para todos”, portanto todos os cidadãos devem ser submetidos às mesmas leis e ao juiz cabe aplicá-las com imparcialidade; todos os indivíduos têm os mesmos direitos fundamentais, definidos constitucionalmente, sem discriminação de classe social, raça, religião, sexo, etc.

A doutrina socialista contesta essa aceção de igualdade, pois, de acordo com Della Voipe (1982, p. 47), citando Lenin, “os homens não são nem idênticos nem iguais e as diferenças não se resumem apenas ao aspecto físico, mas também aos aspectos intelectual, social e econômico; as capacidades e necessidades são distintas; portanto, aplicar uma ‘regra única’ a homens diferentes é uma injustiça”. O direito igual prevê que cada indivíduo receba uma parte do trabalho social realizado, porém isso não elimina a desigualdade econômica, pois um vai receber sempre mais do que o outro e as diferenças na riqueza persistirão, já que não há igualdade de oportunidades.

Estreitamente relacionada com os discutidos conceitos de liberdade e de igualdade está outra questão polêmica: a democracia. Originariamente, conforme o pensamento político grego, democracia é uma forma de governo

definida como o governo de muitos, dos mais, da maioria, ou dos pobres (mas onde os pobres tomam a dianteira é sinal, de que o poder pertence ao *pléthos*, à massa), em suma a própria composição da palavra, como governo do povo, em contraposição ao governo de uns poucos (BOBBIO, 1988, p. 31).

Em termos descritivos, historicamente, o significado não se alterou, mas as doutrinas, no decorrer do tempo, alteraram seu significado valorativo. Com base nesses pressupostos, Bobbio (1988) visualiza a democracia sob dois ângulos: a dos antigos e a dos modernos. Por democracia dos antigos entende a formulação grega, já explicitada, e por democracia dos modernos, a representação, ou seja, o povo elege seus representantes para, em nome dele, governarem. A democracia dos antigos seria definida como a forma direta de participação do povo no governo, ao passo que seria indireta a democracia dos modernos. Ambas partem do mesmo princípio, a soberania popular; distinguem-se apenas pela forma como esta soberania é exercida. Se teoricamente as duas formulações são corretas, há que verificar como se realizam na prática.

A esse propósito, Campos (s.d., p. 21) afirma que os homens dificilmente conseguirão chegar a um acordo quanto ao conceito de democracia, mas:

Há ao menos um consenso generalizado entre as nações civilizadas do planeta de que a democracia corresponde a uma forma superior de organização da vida política. Contudo, dentre os sistemas de poder existentes na atualidade mundial, poucos são os que, efetivamente, mereceriam ser rotulados de democráticos. E, mesmo nesses últimos, a democracia representa antes um ideal de organização e exercício do poder, do que uma situação concretamente configurada (CAMPOS, s.d., p. 21).

Campos declara que não se pode chamar de democráticos os regimes de cunho coletivista, “que ignoram a dimensão individualista, que se negam a reconhecer a sua dimensão social” (CAMPOS, s.d., p. 21), e cita como exemplo de regimes coletivistas o nazismo, o fascismo e o comunismo. Em contraponto, coloca o liberalismo histórico como uma doutrina que tende “a minimizar a natureza social voltada apenas para a realização dos interesses individuais” (CAMPOS, s.d., p. 25). No entanto, ambos os regimes, liberal e socialista, se dizem democráticos, assentando-se exatamente nos aspectos que Campos (s.d.) critica, ou seja, o regime liberal declara-se democrático porque institui leis que garantam o desenvolvimento individual do cidadão, enquanto o regime socialista prevê uma organização política capaz de proporcionar o desenvolvimento coletivo.

Em suma, tanto os pensadores liberais quanto os socialistas sentem a necessidade de se fundamentarem no conceito de liberdade e de o

correlacionarem com o de igualdade, mas fazem-no de maneiras diferentes e opostas. Para os liberais, o fundamental é a liberdade individual, ficando a igualdade restrita ao plano formal da mesma relação imparcial de todos os indivíduos à lei, universalmente definida e aplicada. Para os socialistas, o fundamental é a igualdade efetiva de oportunidades e de partilha dos bens produzidos pelo trabalho social, devendo a liberdade de realização pessoal efetiva ser garantida a todos os indivíduos, de modo a corrigir socialmente as desigualdades de nascimento e de potencialidades físicas e intelectuais.

Os dois discursos adversários - o liberal e o socialista - concordam com a necessidade e justiça de harmonizarem os princípios da liberdade e da igualdade, mas continuam a divergir sobre o modo de conseguir essa harmonia e sobre qual dos dois princípios deverá orientar esse trabalho de harmonização. As duas ideologias afirmam igualmente ter por objetivo a democracia: num caso, a democracia liberal ou representativa; no outro, a democracia social ou popular. Este é, portanto, o conflito discursivo, o conflito de palavras pretensamente eficazes, que se vai verificar, a seguir, nas páginas do romance *Os subterrâneos da liberdade* de Jorge Amado.

A UNIÃO DAS FORÇAS DEMOCRÁTICAS PREGADA PELOS COMUNISTAS

No capítulo primeiro do volume I, *Os ásperos tempos*, da já citada trilogia, João, um representante do proletariado comunista, propõe ao deputado liberal Artur Carneiro Macedo da Rocha a união de todas as forças democráticas para impedir o iminente golpe fascista de Getúlio Vargas e dos integralistas.

Ora, o comunismo, no Brasil, era visto por quase todas as correntes políticas como uma ameaça à liberdade, à pátria e à família, independentemente do conceito que cada grupo tivesse acerca desses valores e instituições. No discurso de João, percebe-se uma intenção persuasiva, conciliadora: no momento em que propõe a união de todas as forças democráticas, ele coloca o comunismo ao lado das demais facções políticas brasileiras que repudiavam o fascismo, ou seja, apresenta também o comunismo como democrático. Nesse ponto, o discurso comunista funde-se com o discurso liberal na medida em que ambos defendem a democracia, entendida, neste momento, apenas como um regime que se opõe ao fascismo.

O discurso de João parece manter o conceito básico de democracia, “governo do povo”, quando dá a entender ao deputado a forma como os comunistas pretendiam a “união de todas as forças democráticas” para impedir o golpe de Vargas. Ele propunha armar o povo (AMADO, 1968, v.

1, p. 12)⁵: “O povo está disposto a lutar contra um golpe fascista. Grande parte do Exército é antifascista. E todo o povo. Só aqui, em São Paulo, podemos levantar vinte mil trabalhadores se os senhores se dispõem a resistir ao golpe [...]”

Nesse ponto, liberais e comunistas se unem num único vocábulo: povo. Mas o discurso destes últimos, no todo, carrega o acento comunista, já que João usa a palavra “trabalhadores” em lugar de “cidadãos” e “luta” em lugar de “representação”. Já no discurso de Macedo da Rocha o acento é posto nos aspectos formais e conservadores da democracia: o golpe de Vargas deve ser abortado a fim de “restabelecer a ordem e garantir a realização das eleições” (v. 1, p. 11). Percebe-se claramente a visão de que é o povo, conceituado, por um lado, como o conjunto dos trabalhadores e, por outro, como o conjunto dos eleitores, quem deve decidir seu destino.

O discurso comunista a respeito de liberdade e democracia em termos coletivistas reforça-se em várias outras passagens da obra, mas revela-se de forma mais contundente na fala da mesma personagem, João, quando este é interrogado mais tarde, na prisão, por um juiz designado para ouvir os presos políticos antes do julgamento (v. 3, p. 280-284). Esse juiz, interessado em estudar a “inexplicável psicologia dos comunistas”, questiona João quanto ao que o levava a “sacrificar” sua vida pelo comunismo.

É nesse ponto que se vê a concepção do comunista acerca de valores como liberdade e patriotismo. João declara que sua luta é para “transformar a vida de milhões de brasileiros que passam fome e vivem na miséria” (v. 3, p. 281) e que a isso ele chama patriotismo. O juiz contrapõe afirmando que o comunismo liquida a personalidade do homem, transformando-o em uma “peça da máquina do Estado”. Para João, no entanto, o comunismo faz política em função dos milhões e milhões de explorados, esses que só terão possibilidades de desenvolver suas qualidades de homem quando a classe operária tomar o poder. Um homem com fome, numa fábrica ou numa fazenda não é livre (v. 3, p. 281).

É visível, pois, a orientação socialista nesse discurso, na visão do homem não como indivíduo isolado, mas como grupo social, como parte de uma grande massa de trabalhadores, que deve ter garantida a liberdade e a igualdade de oportunidades para desenvolver suas capacidades pessoais. Assim também é visível a orientação liberal individualista no discurso do juiz, ao considerar como “sacrifício” a atitude dos comunistas e ao acusar a “liquidação” da personalidade do homem pelo comunismo. Verifica-se, então, o confronto entre a interpretação de liberdade pelos comunistas e a

⁵ A partir desta citação, colocar-se-á o número da página entre parênteses, precedido da indicação do volume, junto ao trecho citado. As citações são todas da 13. ed. São Paulo: Martins, 1968. Esta edição apresenta o texto de acordo com as normas de acentuação vigentes na época, mas, neste trabalho, preferiu-se readequá-las às normas atuais.

interpretação das atividades dos comunistas pelo juiz a partir da sua idéia de liberdade individual. A caracterização socialista da liberdade efetiva opõe-se ao aspecto formal da liberdade como igualdade dos cidadãos perante a lei, ou seja, implica a necessidade de suprimir a fome e a miséria de milhões de brasileiros, assim também apelando para o princípio do patriotismo. Na fala de João, termos e expressões como “explorados”, “classe operária”, “poder”, “fábrica” (operários) e “fazenda” (camponeses) marcam ideologicamente o seu discurso comunista. Apesar da intenção persuasiva que aparentemente permeia o diálogo entre o juiz e João, a verdade é que seus discursos acabam por se fechar em posições autoritárias opostas, o que não impede que o juiz seja afastado do inquérito sob suspeita de se estar deixando influenciar pelo discurso dos “subversivos”... No fundo, o discurso comunista de João dispõe de razoável capacidade de convencimento.

Se o discurso de João evidencia a noção de liberdade, democracia e patriotismo enquanto possibilidade de crescimento intelectual, político e econômico de toda a massa trabalhadora, o discurso do deputado Macedo da Rocha revela uma similaridade com o pensamento liberal, enquanto este se restringe ao funcionamento formal das instituições democráticas. Já o discurso do juiz aparenta dar um conteúdo valorativo superior aos princípios liberais ao defender a liberdade do exercício da personalidade individual contra o excessivo poder do Estado.

Inicialmente, o deputado Macedo da Rocha viu com bons olhos a proposta de união das forças antifascistas, mas tornou-se reticente quando o comunista lhe revelou a idéia de armar os trabalhadores para a luta, se necessário. O discurso do deputado diverge do discurso comunista e se aproxima da doutrina liberal, na aceção de que cada homem é livre para desenvolver seu potencial mesmo que seja em detrimento do desenvolvimento de outro homem. Revela também a concepção de política (entenda-se democracia) como uma prática destinada a uns poucos privilegiados, quase como um direito divino concedido apenas aos homens “superiores”:

Não era assim que ele concebia a política; para ele política era um assunto que cabia à “elite”, cujos problemas deviam ser resolvidos por um grupo de homens e não por todo esse mundo estranho, distante e inquietante de trabalhadores. Já não era pouco ter de fazer promessas ao zé-povinho, a uma gente que nos dias de ontem votava no escuro nos nomes que lhe indicavam os cabos eleitorais... (v. 1, p. 12).

A postura do deputado enquanto democrata parece ser apenas um verniz, visto que ele assume a posição autoritária de quem acredita que alguns agrupamentos humanos são inferiores, incapazes de tomar decisões por vontade própria, ou seja, desprovidos de potencialidades de inteligência

e discernimento. Com isso, ele distancia-se do fundamento básico da teoria dos direitos naturais, que afirma ser todo homem dotado de inteligência e razão e ter direito à liberdade e à igualdade. Macedo da Rocha apresenta-se como liberal, mas, no fundo, é ainda aristocrata e escravocrata, portanto contrário à democracia. Porém, essas constatações são aduzidas da intervenção sub-reptícia do discurso do autor, através da adjetivação do “mundo dos trabalhadores” como “estranho, distante e inquietante” e da expressão pejorativa “zé povinho” para o conjunto dos trabalhadores; na referência “a uma gente”, que se iludia com promessas e votava “no escuro”, seguindo as indicações dos cabos eleitorais, está o desmascaramento das autênticas “farsas” em que se constituíam as eleições. Desse modo, o discurso apresenta a oposição entre burguesia e trabalhadores, numa democracia “autoritária”, que tomava o lugar da autêntica democracia.

Dessa dialética entre os dois discursos, parece surgir a conclusão de que, no Brasil, o conceito de liberdade é contraditório e talvez pouco eficiente. Os comunistas vêm-se obrigados a usá-lo, enquanto os liberais não o realizam na prática. Isto quer dizer que há necessidade de um novo conceito de liberdade que todos possam aceitar e praticar. Não basta um acordo provisório sobre um conceito determinado de modo tão ambíguo como se viu na análise discursiva de *Os subterrâneos da liberdade* feita até aqui.

DOS SUBTERRÂNEOS DA ILEGALIDADE PARA OS SUBTERRÂNEOS DA LIBERDADE

No plano discursivo da obra, cria-se um conflito dialógico acerca da liberdade, que envolve toda uma questão conceitual, com implicações práticas. Discursos distintos acerca do tema interagem, mas, a par das concepções particulares de cada personagem ou grupo social, a palavra “liberdade” assume um caráter de luta: a elite, representada pelos capitalistas, contra o proletariado, representado pelos comunistas. Para a classe dominante, os comunistas são elementos nocivos, que querem retirar-lhe a liberdade de crescer, de progredir individualmente. Já para os comunistas, são os capitalistas que escravizam o povo e impedem a repartição justa dos frutos do trabalho coletivo.

Se, para a elite, os comunistas vivem nos subterrâneos da ilegalidade, tramando para usurpar-lhes o poder econômico e político, os comunistas, por outro lado, crêem que é da luta arquitetada nos subterrâneos da clandestinidade que trarão a liberdade para o povo.

O pensamento de Marcos de Sousa, um arquiteto que, pelo seu trabalho, estava ligado à alta burguesia, mas que também simpatizava e colaborava com os comunistas, ilustra bem essa questão: “Saiu em marcha lenta, aquele cais silencioso e guardado por soldados parecia-lhe o símbolo

e o resumo de toda aquela luta travada no Brasil e no mundo. Fitava-o e se sentia cada vez mais próximo aos homens que, dos profundos subterrâneos da ilegalidade, a dirigiam; com eles, pensava, estava a decência, estava a dignidade” (v. 2, p. 67).

Nesse fragmento, vê-se a assimilação das duas vozes discursivas citadas. O vocábulo “ilegalidade” é utilizado pela classe dominante, já que legalmente o comunismo não existia, nem podia existir, como partido político. Marcos, porém, reage ao discurso liberal da “ilegalidade” contra os comunistas traduzindo-o para o discurso valorizado da “decência” e da “dignidade”.

Neste sentido, Jorge Amado vai ainda mais longe e dá polemicamente ao seu romance o título de “Os subterrâneos da liberdade”: a autêntica liberdade estará além da legalidade, pois esta pode ser muitas vezes a insidiosa transmutação jurídica de uma violência efetiva.

Além disso, tomando-se o caráter apologético da obra, veja-se a possível conotação religiosa do vocábulo “subterrâneos” com as “catacumbas”, em que os cristãos primitivos se escondiam e defendiam das perseguições movidas pelos imperadores romanos e onde sepultavam os seus mártires. Assim, pelo título do romance, os comunistas são propostos como os “mártires” da liberdade. Aliás, quase no final do volume III, *A luz no túnel*, um juiz, tomando o depoimento do comunista João, admira-se com o “sacrifício” dos comunistas às suas convicções. A própria metáfora do título desse volume da trilogia também se aparenta com as conotações de “subterrâneos” e de “catacumbas”. Com isso, estar-se-ia justificando a subversão comunista aos olhos da ideologia dominante, tradicional e pretensamente cristã, e legitimando a opção de uma vida clandestina em prol de uma luta que os leitores comuns pudessem considerar “decente” e “digna”.

Como se comentou anteriormente, o discurso romanescos de *Os subterrâneos da liberdade* é pautado especialmente por três palavras-chaves: liberdade, patriotismo e família. Os três temas são enfocados concomitantemente no decorrer da narrativa, porém é o tema da liberdade que parece dominar toda a relação discursiva, assumindo forte dimensão ideológica, tanto no discurso comunista quanto no discurso burguês. Liberdade é o grande signo do discurso *liberal*, embora possa entrar em conflito com outros signos e valores fundamentais da burguesia, como a nação e a família, pois estas instituições acabam por restringir as liberdades individuais ou até, em algumas circunstâncias, reprimi-las. Mas o valor da liberdade, considerado em si mesmo, permanece intocável, pois até os comunistas sentem a necessidade de aceitá-lo, embora redefinindo-o profundamente. Deve ser por isso que Jorge Amado resolveu intitular o seu romance como *Os subterrâneos da liberdade*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Jorge Amado: política e literatura: um estudo sobre a trajetória intelectual de Jorge Amado*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- AMADO, Jorge. *Navegação de cabotagem*. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- _____. *Os subterrâneos da liberdade*. São Paulo: Martins, 1968. 3 v.: Os ásperos tempos; Agonia da noite; e A luz no túnel.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1992.
- _____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.
- _____. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- BEZERRA, Paulo. Prefácio. In: DUARTE, Eduardo de Assis. *Jorge Amado: romance em tempo de utopia*. Natal: Universitária, 1995, p. 11-15.
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, s. d.
- CAMPOS, Antônio Carlos de Moura. Democracia no mundo atual. In: DEMOCRACIA e participação: temas para estudo. São Paulo: Convívio, s. d. p. 27-38.
- CANEVACCI, Massimo (org.). *Dialética da família*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CARONE, Edgard. *O Estado Novo: 1973-1945*. São Paulo: Difel, 1977.
- CERQUEIRA, Nelson. *A política do Partido Comunista e a questão do realismo em Jorge Amado*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1988.
- CHAVES, Flávio Loureiro. *História e literatura*. Porto Alegre: Universidade, 1991.
- COLI, Jorge; SEEL, Antoine. *Jorge Amado à Paris: une passionnante chronique des années 1937-1940*. *Le Monde*. Lettres Étrangères. Paris, 1984. p. 33. Recorte fornecido pela Fundação Casa de Jorge Amado, de Salvador.
- CORTANZE, Gérard Roero. Amado: le roman, c'est un être politique". *Révolution*, Paris, 1984. Recorte fornecido pela Fundação Casa de Jorge Amado, de Salvador.
- DELLA VOLPE, Galvano. *Rousseau e Marx: a liberdade igualitária*. Lisboa: Edições 70, 1992.
- DUARTE, Eduardo de Assis. *Jorge Amado: romance em tempo de utopia*. Natal: Universitária, 1995.
- ENGELS, Frederich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- FARIA, Antonio Augusto; BARROS, Edgard Luiz de. *Getúlio Vargas e sua época*. São Paulo: Global, 1983.
- GOLDMANN, Lucien. *A sociologia do romance*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- JORGE Amado: 30 anos de literatura. São Paulo: Martins, 1961.

- KONDER, Leandro. *Intelectuais brasileiros e marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.
- _____. *Marx: vida e obra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- LENIN. *Marx, Engels, marxismo*. Moscou: Progresso, 1979.
- MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Global, 1984.
- MATTOSO, Katia M. de Queirós (org.). Declaração dos direitos do homem e do cidadão. In: _____. *Textos e documentos para o estudo da história contemporânea: 1789-1963*. São Paulo: Hucitec, 1977. p. 25-28.
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida. Lock e o individualismo liberal. In: WEFFORT, Francisco C. (org.). *Os clássicos da política*. São Paulo: Ática, 1993. p. 83-69.
- RAILARD, Alice. *Conversando com Jorge Amado*. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- ROCHA, Hildon. Romance e experiência. *Jornal A noite*, 1954. Recorte fornecido pela Fundação Casa de Jorge Amado, de Salvador.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. Prestes e a Aliança Nacional Libertadora. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil republicano*. São Paulo: Difel, 1981. p. 371-401.
- SALEMA, Alvaro. *Tempo de leitura*. Lisboa: Moraes, 1982.
- SANTARRITA, Marcos. Literatura e seita. *Jornal do Brasil*, 1977. Recorte fornecido pela Fundação Casa de Jorge Amado, de Salvador.
- STAM, Robert. *Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa*. São Paulo: Ática, 1992.
- TAVARES, Paulo. *Criaturas de Jorge Amado*. Rio de Janeiro: Record, 1985.
- _____. *O baiano Jorge Amado e sua obra*. Rio de Janeiro: Record, s.d.
- TRINDADE, Helgio. Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil republicano*. São Paulo: Difel, 1981. p. 297-335.
- UNIÃO Soviética em Foco. Rio de Janeiro, mar. 1990.